

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7855

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 15/12/2011

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 220/2011. Dispõe sobre a concessão de direito real de uso do bem público municipal à empresa Ventana Tecnologia em Portas e Janelas de Alumínio Ltda, e dá outras providências. (Terreno medindo 2.847,00 m², localizado no Distrito Industrial de Montes Claros). (Referente à Lei nº 4.450, de 22/12/2011).

Controle Interno – Caixa: 12.5 Posição: 20 Número de folhas: 11

Espécie: PL Categoria: Iméveis ex: 12.5 orden: 20 nº pls: 09

AUTOR:



156/2011

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 220/2011.

Executivo Municipal

SSUNT	D:	
Munic	Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de Bem Públicipal e dá Outras Providências.	σ
	MOVIMENTO Entro do em 15/12/2011	
	Entrada em 15/12/2011 Comissão de Legislação e Justiça.	
1		
2-1	MOUATO EN LEGIME PEU	RG
3-4	1, SACUO E MEN ME	2
4- 20	MOVATO EN LEGIME PEU. 11, SAC VO E MEN ME. 2. 12- 2011.	
	7	
_		
7		
0		

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2



DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei:

Art. 1° — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer concessão de direito real de uso de uma área institucional do Município de Montes Claros, assim descrita: "um terreno com a área de 2.847,00 m² (dois mil oitocentos e quarenta e sete metros quadrados), constituído pelos lotes números 03 (três) e 04 (quatro) da quadra número 13 (treze), situados no Distrito Industrial Ubaldino Assis, nesta cidade de Montes Claros — Minas Gerais, com os seguintes confrontações: a) lote nº 03: pela frente, com a rua 06, na distância de 22,75 metros; pelos fundos, com área verde 10, na distância de 30,00 metros; pela direita, com o lote nº 04, na distância de 94,08 metros; e, pela esquerda, com o lote nº 02, na distância de 30,03 metros; pelos fundos, com a área verde 10, na distância de 30,00 metros; pela direita com o lote nº 05, na distância de 95,22 metros; e pela esquerda, com o lote nº 03, na distância de 94,08 metros".

Art. 2º - A concessão de que trata esta lei:

I - poderá ser realizada a título gratuito, à empresa VENTANA TECNOLOGIA EM PORTAS E JANELAS DE ALUMÍNIO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 13.856.136/0001-40 e destina-se à edificação de estabelecimento da concessionária, visando à realização de suas atividades e a geração e manutenção de empregos diretos e indiretos no Município de Montes Claros.

II – terá prazo de duração de até 10 (dez) anos, prorrogável por até igual período, a critério do Município e mediante as condições por este estabelecidas.

III – será regida pelas normas legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições do instrumento contratual a ser celebrado entre o Município de Montes Claros e a empresa concessionária, dentre as quais a geração e manutenção do número mínimo de empregos diretos exigidos pelo Poder Executivo Municipal.

1

15/12/2011



Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2

- Art. 3º A concessionária deverá, por sua conta exclusiva, edificar no imóvel objeto da concessão, as construções necessárias, com suas respectivas instalações, respondendo por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas edificações e rendas, respeitadas as isenções que a mesma possa a vir obter.
- § 1º O Município poderá estabelecer, através de convênios e/ou atos e termos adequados, outros requisitos e condições para efetivação e manutenção da concessão autorizada por esta lei, bem como desde logo imitir a donatária na posse do imóvel.
- § 2º O prazo para as construções e efetiva implantação de seu empreendimento pela concessionária é de 06 (seis) meses, contado do ato de cessão ou da imissão de posse, o que ocorrer primeiro, podendo o prazo mora estabelecido ser prorrogado, a critério do Município.
- § 3º A partir da convocação da concessionária, pelo Município, aquela terá o prazo de até 30 (trinta) dias para formalização do instrumento de concessão, cabendo à mesma, a partir daí, todas as providências e encargos para a plena regularização da concessão.
- Art. 4º Fica o Município de Montes Claros, pelo seu Poder Executivo, autorizado a adotar as providências necessárias à regularização da propriedade do imóvel, para que possa ser efetivada a sua concessão.
- Art. 5° Fica dispensada a concorrência de que trata o art. 111 § 1° da Lei Orgânica Municipal, nos termos do seu art. 107, § 1°.
- Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 14 de dezembro de 2011.

Luiz Fadeu Leite Prefeito Municipal CAMARA MINERAL LEGISCACAS

A COMISSAO DE LEGISCACAS

EMISOR DE 2011

FRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE LA LES CLAROS

APROVADO EM DE USSÃO POR

REGIME REUR GEN CA

EM200E REZEMBNODE 20 11

the self that it

The second second second

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2

Montes Claros (MG), 13 de dezembro de 2011.

Exmo. Sr. Vereador Valcir Soares Silva DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Oficio nº GP- /2011

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso projeto de lei, que "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE REM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", objetivando a concessão de área de terreno situado no perímetro urbano desta cidade, a título gratuito, à Ventana Tecnologia em Portas e Janelas de Alumínio Ltda.

A concessão destina-se à edificação de estabelecimento da referida empresa concessionária, visando, em especial, a realização de suas atividades, com o compromisso de geração e manutenção de empregos diretos no Município, conforme previsto na legislação vigente, nos prazos e sob as demais condições legalmente estabelecidas pelo Município.

Dessa forma, a concessão oportunizará, sobretudo, a geração e manutenção de, no mínimo, 200 (duzentos) empregos diretos e outros indiretos no Município de Montes Claros.

Evidenciados os benefícios que advirão da proposição contida no projeto de lei em referência, o que indubitavelmente caracteriza interesse público relevante, bem como em face da urgência na sua viabilização, solicitamos que o mesmo seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Fuit. Tadeu Leite (Prefeito Municipal

PROTOCOLO

EXP. XMECEB.

15/12/2011

HORAL

ASSI



Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº.

/2011

O Prefeito Municipal de Montes Claros, no uso de suas atribuições legais e na forma da legislação vigente, submete à apreciação da douta Câmara Municipal deste Município, a seguinte

EMENDA

ao projeto de lei em tramitação no Legislativo Municipal, de autoria do Executivo, que "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", através do qual é proposta a autorizazção para concessão de direito real de uso, à empresa VENTANA TECNOLOGIA EM PORTAS E JANELAS DE ALUMÍNIO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 13.856.136/0001-40.

EMENDA:

Fica **substituída**, no art. 1º do projeto de lei em referência, a expressão "área de 2.847,00 m² (dois mil oitocentos e quarenta e sete metros quadrados)", pela expressão "área total de 5.179,00 m² (cinco mil cento e setenta e nove metros quadrados)", mantendo-se inalterada a redação do referido projeto de lei não modificada por esta emenda.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de simples correção quanto à área total do imóvel mencionada no projeto de lei ora emendado. É que, como expressamente consta do projeto, a concessão tem por objeto os lotes nºs. 03 (três) e 04 (quatro), tendo, respectivamente, as áreas de 2.332,00 m² e 2.847,00 m², o que perfaz uma área total de 5.179,00 m²; todavia, não obstante a referência aos dois lotes, foi equivocadamente mencionada a área de apenas um deles, o de nº 04, omitindose, na somatória, a área do lote nº 03, o que fica corrigido com a presente emenda.

Montes Claros (MG), 19 de dezembro de 2011.

Luiz Tadeu Leite Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CMDES/MOC

PORTARIA Nº 06/11 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2011

O Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Montes Claros - CMDES/MOC, no uso de suas atribuições conferidas pelo decreto nº2.283, de 26.10.2006:

Considerando o disposto nos artigos 295 e 296 da Lei Complementar Municipal nº4,

de 07.12.2005;

Considerando ainda, as disposições das Leis Municipais 2.300, de 26.12.1995 e 3.502, de 27.12.2005;

RESOLVE:

Art. 1° - Baseado em aprovação unânime dos Conselheiros presentes em reunião, no dia 09-11-2011, no Gabinete do Senhor Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, emitir Certidão de doação Terreno Público.

Art. 2º A Certidão de Cessão de Uso de Terreno Público será por um período de 10 (dez) anos, a contar da data da aprovação da lei, podendo ser renovada por igual período a critério do Município.

CERTIDÃO

CESSÃO DE USO DE TERRENO PÚBLICO

Certifico, com amparo do Artigo 3° e 4° do Decreto n°2.283, de 26 de outubro de 2006, que instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Montes Claros -CMDES/MOC e para fins de comprovação junto a Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Coordenação e à Procuradoria Geral do Município que:

Entidade: VENTANA TEC EM PORTAS E JANELAS DE ALUMÍNIO LTDA.

Endereço: Avenida Deputado Plinio Ribeiro nº 365

Bairro Monte Carmelo - Montes Claros - MG.

Teve seu pedido de Cessão de Uso de Terreno Público aprovado por 10 (10) anos, a contar da data da lei, renováveis por mais 10 (dez) anos. O terreno se constitui dos Lotes nº 03 (três) e nº 04 da Quadra 13 (treze) do Distrito Industrial de Montes Claros, com área total de 5.179,00 M2 (cinco mil, cento è setenta e nove metros quadrados)

Montes Claros (MG), 02 de Dezembro de 2011.

d Santos Filho Presidente do Conselho



Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 - Montes Claros - MG - CEP 39.401-2

Montes Claros (MG), 19 de dezembro de 2011.

Exmo. Sr. Vereador Valcir Soares Silva DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Oficio nº GP- /2011

Assunto: encaminhamento de emenda a projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminho a Vossa Excelência, para ser submetida à apreciação da douta Câmara Municipal, EMENDA ao projeto de lei em tramitação nessa Casa Legislativa, que "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", através do qual é proposta a autorizazção para concessão de direito real de uso, à empresa VENTANA TECNOLOGIA EM PORTAS E JANELAS DE ALUMÍNIO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 13.856.136/0001-40.

A referida emenda não altera a substância do projeto, mas visa tão somente corrigir equívoco quanto à área total do imóvel, como consta da justificativa apresentada.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Luiz Tadeu Leite Prefeito Municipal

PROTOCOLO

EXP. XPEGEB.

20/2/2/1

HORA:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 220/2011 QUE "Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso do Bem Público Municipal e dá outras providências", de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que a administração dos bens municipais compete ao Executivo.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de dezembro de 2011.

Luciano Barbosa Braga Assessor Legislativo OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 220/2011

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Dispõe Sobre Concessão de Direito Real de Uso de Bem Público

Municipal e dá Outras Providências."

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 15/12/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/12/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto trata de concessão de direito real de uso de uma área institucional do Município de Montes Claros, de 2.847,00m2 (dois mil, oitocentos e quarenta e sete metros quadrados) situado no Distrito Industrial Ubaldino Assis, para Ventana Tecnologia em Portas e Janelas de Alumínio Ltda.

Nos termos da Mensagem do Executivo, a concessão destina-se à edificação de estabelecimento da referida empresa concessionária, visando a realização de suas atividades com compromisso de geração e manutenção de empregos diretos no Município, oportunizando a geração e manutenção de no mínimo 200(duzentos) empregos.

Como compete ao Município legislar sobre assunto de interesse local, sendo reservada ao Executivo a administração dos bens municipais, bem como a disposição dos mesmos, esta Comissão entende que a proposição em análise, não fere normas legais e/ ou constitucionais.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 16	e dezembro de 2011.
Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá :	Silm
Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota:	W - 10 1
Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus :	



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 220/2011

AUTOR: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

MATÉRIA: Autoriza a Doação de Terreno do Município de Montes Claros e dá Outras Providências.

VOTO EM SEPARADO

Com fundamento no art. 98 § 1º do Regimento Interno desta Casa, apresento o seguinte voto em separado:

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 15/12/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/12/2011.

O Projeto de Lei nº 220/2011 trata de concessão de direito real de uso de uma área institucional do Município de Montes Claros, de 2.847,00m2 (dois mil, oitocentos e quarenta e sete metros quadrados) situado no Distrito Industrial Ubaldino Assis, para Ventana Tecnologia em Portas e Janelas de Alumínio Ltda.

Embora seja iniciativa do Executivo Municipal a competência de encaminhar projetos dessa natureza para a Câmara Municipal, embora reconheça o mérito e a relevância do Projeto de Lei para a sociedade, entendo que é preciso atentar para a análise dos aspectos materiais e formais dos procedimentos do processo legislativo, pelas razões que passo a expor:

- 1ª O PL não está acompanhado de memorial descritivo e do respectivo mapa da área a ser doada, bem como a avaliação prévia do imóvel.
- 2ª Falta ainda no PL, o impacto financeiro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando quanto o Município está subtraindo do seu patrimônio.
- 3ª Por fim, a redação da ementa fere a LC 95/01 ao deixar de constar o nome da entidade beneficiada com a doação, dificultando, desta forma, o acesso à lei por parte da população.

Diante do exposto, concluo que o PL nº 220/2011, por falta de documentos essenciais para a sua análise é ilegal e inconstitucional e não atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2011.

Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação